



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES**

Escola: _____

Estudante: _____

Componente curricular: História

Período: 05/04/2021 a 29/04/2021

Etapa: Ensino Fundamental II

Turma: 8º ano

- As atividades das APCs serão adequadas de acordo com a limitação e necessidade de cada estudante pelo professor (a) de Apoio e Supervisão do Departamento de Coordenação de Educação de Inclusão Social.

CADERNO 2

AULA 1 e 2 - Livro didático de História: “História sociedade e cidadania”, **páginas 44 e 53** com o tema “A Revolução Francesa e a era Napoleônica”. (*Texto transcrito abaixo, para alunos que não possuem o livro didático*).



- Fazer a Leitura e interpretação do texto e imagens. Responder à questão (tabela) a seguir.

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A ERA NAPOLEÔNICA

Há mais de dois séculos, todos os anos, no dia 14 de julho, os franceses lotam as ruas, praças e avenidas para comemorar a queda da Bastilha, fato que marca o início da Revolução Francesa. Você sabe o que era a Bastilha? Já tinha ouvido falar dessa revolução? Por que será que os franceses a comemoram com tanto entusiasmo todos os anos? Por que essa revolução ocorrida há tanto tempo continua sendo tão importante para eles? Você sabe se ela também é importante para nós?

O Antigo Regime

Com 28 milhões de habitantes, a França do final do século XVIII era o país mais populoso da Europa e também um dos mais injustos. Os franceses viviam sob o Antigo Regime, uma sociedade em que o clero e a nobreza tinham enormes privilégios e o rei se apresentava como representante de Deus na Terra (absolutismo de direito divino). Naquela época, a sociedade francesa estava dividida em três estados: o primeiro estado (o clero); o segundo estado (a nobreza); o terceiro estado (camponeses, trabalhadores das cidades e os burgueses). O rei, os nobres e o clero possuíam terras, poder e privilégios, como o de não pagar quase nenhum imposto. Já o terceiro estado pagava a maioria dos impostos e sustentava, com o seu trabalho, o primeiro e o segundo estado.

Os camponeses, por exemplo, pagavam a talha e o dízimo e, em caso de uma má colheita, eles passavam fome. Isto gerava frequentes protestos. A seguir, apresentamos de forma esquemática e simplificada a composição da sociedade francesa às vésperas da Revolução.

	Composição	Número de componentes	Situação socioeconómica
Primeiro Estado	CLERO Alto clero: cardeais, bispos e abades Baixo clero: padres, frades e monges	280 mil pessoas	Possuía muitas terras e cobrava dízimo e taxas sobre batismo, casamento e sepultamento.
Segundo Estado	NOBREZA Família real + nobreza cortesã (vivia na corte) + nobreza provincial (vivia em grandes propriedades rurais) + nobreza de toga (burgueses que compravam títulos de nobres)	840 mil pessoas	Vivia à custa do Estado ou da exploração do trabalho dos camponeses.
Terceiro Estado	BURGUESIA TRABALHADORES URBANOS CAMPONESES	26 milhões e 880 mil pessoas	Trabalhava para gerar a riqueza e os impostos. Os camponeses constituíam cerca de 80% da população francesa e pagavam impostos ao Estado (governo) e a seus senhores diretos.

França do Antigo Regime

Na França do Antigo Regime, a maioria da população vivia e trabalhava no campo. Mas, devido à baixa produtividade agrícola, a oferta de alimentos era pequena e seus preços, altos. Como na década de 1780 as inundações e secas foram frequentes, os preços dos alimentos dispararam e a fome atingiu duramente os mais pobres, gerando grande insatisfação social entre eles. A burguesia também estava insatisfeita com a monarquia absolutista. Para sustentar seus gastos, a monarquia aumentava impostos encarecendo os preços das mercadorias. E, como o poder de compra da maioria da população vinha diminuindo, muitas empresas faliam, gerando com isso desemprego.

A convocação dos Estados Gerais

Gastando mais do que arrecadava, o governo de Luís XVI precisava cada vez mais de dinheiro para equilibrar suas contas. E, ao mesmo tempo, a fome e o desemprego aumentavam a insatisfação dos franceses com o Antigo Regime. Diante dessa grave situação, o rei convocou a Assembleia dos Estados Gerais. Composta de representantes dos três estados (clero, nobreza e camponeses, trabalhadores urbanos e burguesia), essa assembleia não era consultada há 175 anos! Nessa assembleia, cada estado tinha direito a um voto. Portanto, clero e nobreza reunidos tinham dois votos contra apenas um do terceiro estado. Por isso, o clero e a nobreza estavam certos de que teriam o controle da situação. Mas não foi isso o que aconteceu; os membros do terceiro estado lançaram uma campanha em favor da votação por cabeça, isto é, por pessoa, e não por estado. Em maio de 1789, a Assembleia dos Estados Gerais reuniu-se para debater a situação do país.

O processo revolucionário Logo no início da assembleia, o rei Luís XVI, apoiado pela nobreza e pelo clero, decidiu que tudo continuaria como antes: a votação continuaria sendo por Estado; com isso, o Terceiro Estado continuaria tendo apenas um terço dos votos. A tensão aumentou; o rei ordenou que os deputados do Terceiro Estado se retirassem do salão. Um deputado do Terceiro Estado, de nome Mirabeau, retrucou: "Estamos aqui pela vontade do povo, e só sairemos com a força das baionetas". Luís XVI reagiu mandando fechar a sala onde os deputados se reuniam. Eles, então, invadiram a sala do Jogo da Pela e lá juraram não se separar enquanto não tivessem elaborado uma constituição para a França. Os deputados do Terceiro Estado declararam-se em Assembleia Nacional, com o objetivo de criar uma constituição para a França.

A Assembleia Nacional Constituinte

No dia 14 de julho de 1789, assim que se espalhou a notícia de que o rei mandaria reprimir a assembleia, populares da cidade de Paris saíram às ruas saqueando depósitos de armas e de alimentos. Com o apoio de soldados do exército, invadiram e tomaram a Bastilha, prisão-símbolo do absolutismo.

Com a chegada da notícia da queda da Bastilha ao interior, os camponeses passaram a invadir castelos e a pôr fogo nos registros de suas dívidas e nos documentos envolvendo cobrança de impostos. Pressionada pelo avanço da revolução na cidade e no campo, em 4 de agosto de 1789 a Assembleia Nacional Constituinte aboliu a servidão, os dízimos e os privilégios do clero e da nobreza, pondo fim ao que restava do feudalismo na França. No dia 26 de agosto de 1789, a

Assembleia aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, reconhecendo o direito de todos à liberdade, à segurança, à propriedade, à igualdade perante a lei e a resistir a qualquer tipo de opressão. Logo depois, um documento aprovado pela assembleia confiscou os bens da Igreja. Os membros do alto clero reagiram ao documento fugindo da França, acompanhados de milhares de nobres, e levando consigo dinheiro e joias. No exterior, começaram a organizar um exército para impedir o avanço da Revolução Francesa.

A Monarquia Constitucional

Em 1791, a Assembleia Nacional aprovou uma constituição, que incorporou a perda dos privilégios do clero e da nobreza e limitou o poder do rei instituindo a Monarquia Constitucional. O rei já não tinha mais o poder de fazer e aprovar leis. Com isso, chegava ao fim a monarquia absolutista na França. Outros privilégios, porém, foram criados; por exemplo, o voto passou a ser censitário, ou seja, somente os cidadãos que possuíssem uma certa renda podiam votar. Camponeses, artesãos, operários e mulheres, que representavam cerca de 85% da população, foram excluídos do direito de voto. Essa situação atendia aos interesses da burguesia, que agora liderava o processo revolucionário.

A Constituição desagradou profundamente ao rei da França. Ele, então, se aliou aos reis da Áustria e da Prússia (parte da atual Alemanha) e a uma parte da nobreza e do alto clero francês indignada com a perda de privilégios. Aliadas, essas forças montaram um exército e invadiram a França. A Assembleia declarou "a pátria em perigo", e o povo pegou em armas para defender seu país. O rei fugiu acompanhado de sua família, mas foi reconhecido e preso. Populares se juntaram ao exército francês, que, com isso, ganhou forças para vencer os estrangeiros na Batalha de Valmy, em 20 de setembro de 1792.

A Convenção Nacional

Logo após essa vitória contra a monarquia, elegeu-se às pressas uma Convenção Nacional, isto é, uma assembleia encarregada de elaborar uma nova Constituição. Os membros da Convenção foram eleitos pelo voto universal masculino, e não mais pelo voto baseado na renda do cidadão. A primeira atitude da Convenção foi abolir a monarquia e proclamar a República.

PARA SABER MAIS

Composta de cerca de 750 deputados, a Convenção abrigava quatro importantes grupos políticos:

Voto censitário: voto baseado na renda. No caso da França daquela época, só os proprietários pagantes de impostos podiam votar.

Convenção Nacional	
GIRONDINOS	– Representavam sobretudo a alta e média burguesia (banqueiros, armadores, industriais e comerciantes). Defendiam o voto censitário , o direito à propriedade privada e eram contrários à participação popular na Revolução.
JACOBINOS	– Representavam sobretudo a pequena burguesia (profissionais liberais, como advogados e médicos), funcionários públicos e lojistas; – Defendiam um governo central forte, o voto universal e a participação popular no processo revolucionário. Eram liderados por deputados eleitos por Paris, como Robespierre.
CORDELIERS	– Defendiam propostas radicais como o fim da propriedade privada e a reforma agrária; eram liderados por Marat e Danton. <i>Cordeliers</i> e jacobinos sentavam-se nos bancos mais altos do plenário; por isso, esses dois grupos políticos eram conhecidos como montanheses.
PLANÍCIE	– Era composta de deputados que agiam conforme seus interesses imediatos: ora apoiando os girondinos, ora os jacobinos. Sentavam-se no centro da Convenção.

Os girondinos sentavam-se à direita da mesa diretora da Assembleia, por isso ficaram conhecidos como "grupo de direita". Já os jacobinos sentavam-se à esquerda; e por isso tornaram-se conhecidos como "grupo de esquerda".

O rei Luís XVI, acusado de traição à pátria, foi levado a julgamento. Os girondinos queriam absolvê-lo; os jacobinos desejavam sua condenação. Após um mês de intensos debates, mais de 90% dos deputados da Convenção, com base em provas, declararam Luís XVI culpado. No cofre do rei havia provas dos acordos que ele fizera com os monarcas estrangeiros combinando a invasão da França. Em janeiro de 1793, o rei foi executado em praça pública, sob uma chuva de aplausos dos populares.

Os jacobinos no poder

Após a execução do rei, aumentou a oposição aos jacobinos. Eles, por sua vez, procuraram manter o controle da situação criando órgãos especiais como Comitê de Salvação Pública, à frente do qual estava Robespierre, o verdadeiro chefe de governo. Para conter a crise social e financeira em que a França estava mergulhada, Robespierre e seus auxiliares distribuíram as terras dos nobres entre milhares de camponeses, aboliram a escravidão nas colônias francesas, tornaram o ensino primário obrigatório e gratuito e tabelaram os preços dos gêneros de primeira necessidade, que vinham subindo diariamente. Essas medidas contentaram as camadas populares mas desagradaram aos girondinos. A tensão entre esses grupos aumentou ainda mais com o assassinato do líder popular Jean Paul Marat por uma mulher ligada aos girondinos.

O assassinato de Marat contribuiu para que o governo jacobino intensificasse a repressão: as pessoas suspeitas de conspirar contra a revolução passaram a ser condenadas à morte, sem interrogatório ou direito de defesa, por um tribunal do governo. Assim, milhares de pessoas foram mortas na guilhotina. Nesse período, conhecido como o Período do Terror, o medo tomou conta dos franceses.

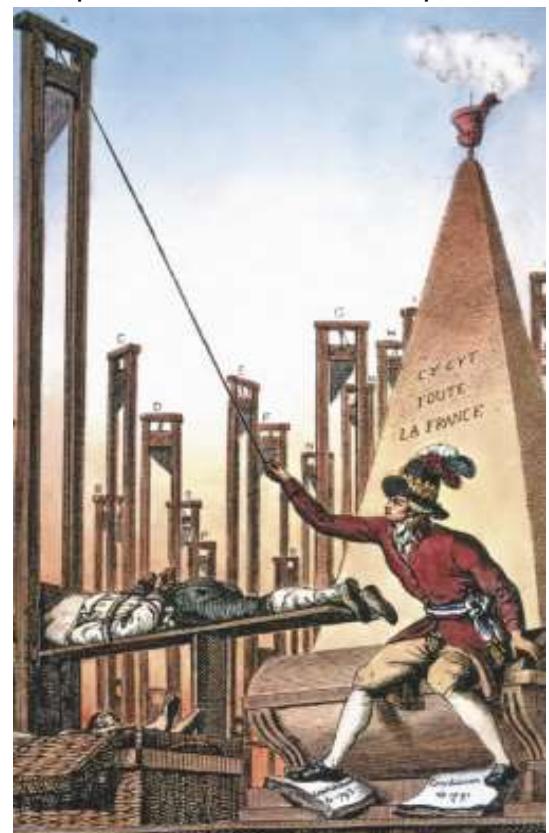
Os jacobinos chegaram a guilhotinar até mesmo líderes revolucionários como Danton e Hebert, e com isso foram perdendo o apoio popular e o da maioria dos deputados franceses. Danton, por exemplo, foi decapitado por ser contrário ao aumento da violência. Os deputados girondinos e os da planície aproveitaram esse clima de radicalização política para desfechar um golpe: prenderam Robespierre e os demais líderes jacobinos e os guilhotinaram sem julgamento.

O Diretório

Com o golpe que derrubou os jacobinos, o poder passou às mãos dos políticos que representavam, sobretudo, os interesses da alta burguesia: grandes comerciantes, industriais e banqueiros. Como era de se esperar, os novos governantes deram total apoio à burguesia, que ampliou seus negócios e investiu na indústria e no comércio. Uma nova Constituição, elaborada em 1795, manteve a república, restabeleceu o voto censitário e confiou o governo a um Diretório, composto de cinco deputados. O governo do Diretório também encontrou sérias resistências, tanto por parte dos jacobinos quanto dos monarquistas.

Os monarquistas, com dinheiro e armas recebidos da Inglaterra, lideravam revoltas para levar ao poder o conde de Artois, irmão de Luís XVI; os novos jacobinos atacavam o governo por meio de seus clubes e jornais. Nesse ambiente tenso, Graco Babeuf liderou um movimento popular propondo a abolição da propriedade privada e a igualdade social. Esse movimento, conhecido como Conspiração dos Iguais, foi sufocado, e Babeuf e seus aliados foram executados.

O governo endureceu: fechou os jornais de oposição e ameaçou expulsar do país todos os seus adversários. Mas o governo encontrava-se desmoralizado, pois vários de seus membros estavam envolvidos em escândalos e atos de corrupção. Os jornais diziam que a França precisava de um homem enérgico, respeitado e admirado para “salvar” a pátria. Um jovem general, de nome Napoleão Bonaparte, reunia essas características. Um dos motivos de sua fama era o seu excelente desempenho militar contra os exércitos estrangeiros. Em 10 de novembro de 1799 – 18 Brumário, segundo o calendário republicano –, Bonaparte, apoiado por políticos burgueses e por militares, tomou o poder. Esse episódio passou para a história como o Golpe de 18 Brumário. Completava-se assim a Revolução Burguesa, iniciada na França dez anos antes.



Note que, nesta imagem de um folheto satírico da época, Robespierre está pisando em duas constituições francesas; o folheto tem uma frase que diz: "Robespierre ordenou a execução de todos, e, por fim, mandou executar o carrasco".

1) Com base no texto do livro sobre a Revolução Francesa responda a tabela abaixo:

	Primeiro Estado	Primeiro Estado	Primeiro Estado
Por quem era composto			
Qual o numero de componentes			
Qual a situação econômica			

AULA 3 e 4 - Livro didático de História: “História sociedade e cidadania”, **páginas 54 e 61** com o tema “A era Napoleônica”. (Texto transcrito abaixo, para alunos que não possuem o livro didático)



A ERA NAPOLEÔNICA

O governo de Napoleão durou 15 anos e pode ser dividido em dois períodos: o Consulado (1799-1804) e o Império (1804-1815).

O Consulado

Uma constituição, votada às pressas, instituiu o Consulado. O governo era exercido por três cônsules, mas o poder de fato cabia ao primeiro-cônsul, Napoleão Bonaparte. A nova constituição manteve o regime republicano, mas deu enormes poderes a Napoleão. Ele podia propor leis, declarar guerra, firmar a paz etc. Valendo-se disso, Napoleão mandou prender seus adversários e instituiu a censura à imprensa. Os jornais só publicavam o que o governo permitia e eram obrigados a fazer propaganda dos atos do primeiro-cônsul. Um dos exemplos desse desejo de autopromoção de Bonaparte é o Arco do Triunfo, monumento que ele mandou construir em Paris, em 1806.

Economia

Ao mesmo tempo, Bonaparte adotou uma série de medidas que melhoraram a economia francesa, favorecendo os camponeses, os trabalhadores urbanos e a burguesia: legalizou a

distribuição de terras feita a milhões de camponeses durante a Revolução Francesa; mandou drenar pântanos, construir estradas e pontes, facilitando o transporte e diminuindo o preço dos alimentos vendidos nas cidades; criou o Banco da França, por meio do qual controlava a emissão de papel-moeda e emprestava dinheiro à indústria e ao comércio. Isso tudo acelerou o processo de industrialização da França.

Educação e Direito

O acesso à educação foi ampliado. O governo criou escolas de ensino fundamental nas maiores cidades e uma na capital para a formação de professores. Na área do Direito, o governo criou um código civil conhecido como Código Napoleônico, que serviu de modelo para diversos países, inclusive o Brasil. Esse código abolia definitivamente os privilégios do clero e da nobreza, protegia o direito à propriedade privada, separava o casamento civil do religioso e afirmava a igualdade de todos perante a lei. No entanto, o Código Napoleônico proibia os sindicatos e as greves e mantinha a mulher submetida ao marido. Com a popularidade elevada, Bonaparte promoveu um plebiscito (consulta ao povo), em 1802, e conseguiu o título de cônsul vitalício, com direito a indicar seu sucessor. Dois anos depois, por meio de uma nova consulta, Napoleão foi aclamado imperador dos franceses. E, em 2 de dezembro de 1804, foi coroado. O Consulado dava lugar ao Império.

PARA REFLETIR

Beethoven e Napoleão

Ludwig van Beethoven (1770-1820) foi um dos maiores compositores e músicos de todos os tempos. Conta-se que ele escreveu uma de suas principais obras – a Sinfonia nº 3, em Mi Bemol Maior – em homenagem a Napoleão, visto por ele como o homem que melhor representava os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade herdados da Revolução Francesa.

Mas Beethoven não esperava que Napoleão se autocoroaria imperador. Um amigo de Beethoven conta como ele reagiu ao fato:

Vi... uma cópia da música sobre a mesa dele com a palavra "Bonaparte" escrita no canto superior da página [...], e, no inferior, "Ludwig van Beethoven" [...] fui o primeiro a informá-lo de que Bonaparte se proclamara imperador, e ele se enraiveceu, exclamando: "Então ele não passa de um ser humano comum? Agora também pisoteará todos os direitos dos homens e cuidará somente de sua própria ambição. [...]" Beethoven foi até a mesa, tomou a página inicial e rasgou-a em dois pedaços, atirando-a ao chão.

JOHNSON, Paul. Napoleão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 110-111.

Monumento
a Beethoven,
na Alemanha.
Fotografia de
2014.



O Império

A trajetória do imperador Napoleão Bonaparte foi marcada desde o início pelas guerras, que visavam à expansão do domínio francês.

O expansionismo militar

A Inglaterra, a maior potência industrial da época, temia o poder econômico da França. Com seu desenvolvimento industrial, a França logo seria um concorrente forte no mercado europeu. Além disso, a cada vitória o exército comandado por Napoleão anexava novas terras na Europa. Isso significava mais mercados para seus produtos, o que ameaçava diretamente a Inglaterra.

Em 1805, a marinha francesa tentou invadir a Inglaterra, mas foi vencida pela esquadra inglesa do almirante Nelson, na Batalha de Trafalgar. Em compensação, por terra, o exército de Napoleão venceu inimigos mais numerosos e mais bem armados. Em menos de dois anos, a contar de 1805, derrotou a Áustria, a Rússia e a Prússia, que haviam se aliado à Inglaterra.

Mas como vencer a Inglaterra, que, sendo uma ilha, só podia ser atacada por mar? Como vencer

por mar a “Rainha dos Mares”? O plano de Napoleão foi decretar que nenhum país europeu poderia mais comerciar com a Inglaterra ou receber navios ingleses em seus portos. Com esse decreto, conhecido como Bloqueio Continental (1806), Napoleão pretendia arruinar a economia da Inglaterra e, em seguida, conquistá-la. Inicialmente o plano parecia ter dado certo, mas logo se soube que os produtos ingleses continuavam entrando na Europa por diversos pontos, inclusive por Portugal.

Diante disso, Napoleão ordenou a seus soldados que invadissem Portugal. O príncipe D. João realizou, então, um antigo plano português: transferir a corte portuguesa para o Brasil. Enquanto isso, os espanhóis lutavam para expulsar as forças napoleônicas de seu território que, à época, era governado pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte. Apesar da resistência dos povos dominados, seguiram-se várias conquistas do exército francês, e, por volta de 1812, o Império Napoleônico atingiu sua máxima extensão. Observe o mapa.



Reações ao militarismo bonapartista

Dentro da França, Napoleão Bonaparte era duramente criticado. Dizia-se que as guerras napoleônicas tinham matado milhares de franceses, que ele havia sufocado o ideal de liberdade da Revolução Francesa introduzindo a censura prévia a jornais, revistas e livros, e que fazia de tudo para se autopromover. Fora da França, os povos dominados pelo império francês reagiam aos conquistadores. Na Espanha, a reação popular foi tão intensa que Napoleão foi obrigado a ceder o trono ocupado por José Bonaparte para a família real espanhola. Além disso, o Bloqueio Continental não surtiu o efeito desejado. Primeiro, porque os ingleses continuavam conseguindo vender seus produtos industrializados na Europa e na América. Segundo, porque nações agrárias, como a Rússia, vinham tendo prejuízos enormes por não poder vender seus estoques de trigo e madeira para os ingleses, como faziam antes. Por essa razão, a Rússia rompeu o bloqueio no final de 1810 e voltou a negociar abertamente com a Inglaterra.

Napoleão respondeu a essa desobediência invadindo a Rússia em 1812, com um poderoso exército formado por 600 mil soldados e 180 mil cavalos. Mas a resistência do povo russo e o rigoroso inverno local acabaram vencendo o general francês. Dos 600 mil soldados que partiram para a Rússia, somente 30 mil retornaram aos seus lares na França. O mito da invencibilidade napoleônica havia sido quebrado.



Pintura de Jean-Louis Ernest Meissonier mostrando a retirada das tropas napoleônicas da Rússia.

A derrota na Rússia encorajou os tradicionais adversários da França a se unirem uma vez mais. Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia formaram um gigantesco exército, que, depois de vencer os franceses, invadiu a França e ocupou a capital, Paris, em 1814. Napoleão foi enviado para a ilha de Elba, no mar Mediterrâneo, com mil soldados sob suas ordens. O trono francês foi ocupado por Luís XVIII, irmão de Luís XVI, o rei francês que fora guilhotinado na Revolução Francesa.

O governo dos Cem Dias

No início de 1815, Napoleão fugiu de Elba e, acompanhado de 800 homens, desembarcou na França, onde foi recebido como herói. Enquanto se dirigia a Paris com seus soldados, as tropas que o rei da França enviara para prendê-lo uniram-se a ele. O impopular rei Luís XVIII fugiu do país e Napoleão assumiu o seu lugar. Napoleão, porém, governou apenas pouco mais de três meses. Os ingleses lideraram uma nova coligação militar com mais de 1 milhão de soldados e derrotaram definitivamente as forças de Bonaparte, na Batalha de Waterloo, em 1815. Preso por seus inimigos, Bonaparte foi mandado para Santa Helena, uma ilha minúscula localizada no Atlântico, onde permaneceu até a morte, em 1821.

O Congresso de Viena

As nações vencedoras – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – reuniram-se com a França monárquica no Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, para decidir os rumos da Europa. Ali reunidos, os representantes dessas nações decidiram adotar dois princípios: o princípio da legitimidade e a política de equilíbrio europeu. O princípio da legitimidade dizia ser legítima a volta ao poder das famílias que reinavam antes de 1789. Por esse princípio, as dinastias reinantes só eram consideradas legítimas se já ocupassem o trono antes da Revolução Francesa. Com isso, Luís XVIII, da dinastia de Bourbon, voltou a ocupar o trono da França. Já a política de equilíbrio europeu, formulada pelo príncipe Metternich, da Áustria, defendia o equilíbrio entre as grandes potências dizendo ser necessário evitar a opressão de uma sobre as outras, como aconteceu na época de Napoleão. Para isso, Metternich propôs compensar as grandes potências pelos prejuízos sofridos por elas nas guerras napoleônicas.

Os novos senhores da Europa – Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia – realizaram uma nova divisão do mapa europeu. Essa divisão beneficiava, mas não respeitava os interesses dos povos das regiões divididas. Os territórios dos povos alemães que formavam a Confederação Germânica, por exemplo, foram repartidos entre o Império Austríaco e o Reino da Prússia.

- Fazer a Leitura e interpretação do texto e imagens. Responder à questão do livro didático número 4 da página 63. (*Questões transcritas abaixo para alunos que não possuem o livro didático*).

4. Leia o texto com atenção.

Bloqueio Continental: 1806-1807

[...] temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1º As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2º Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados [...]

Artigo 4º Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa. [...]

BONAPARTE, Napoleão. *O decreto de Berlim*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/bloq_cont.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

a) Quem é o responsável pelo texto e que posição ele ocupava na época?

b) Resuma com suas palavras o conteúdo do documento.

c) Com que intenção Bonaparte decretou o Bloqueio Continental?

d) O bloqueio econômico é uma estratégia que continua sendo usada hoje em dia? Exemplifique.

AULA 5 e 6 - Avaliação Bimestral de História.

AULA 7 e 8 - Livro didático de História: “História sociedade e cidadania”, **páginas 68 e 81** com o tema “Rebeliões na América Portuguesa”. (*Texto transcrito abaixo, para alunos que não possuem o livro didático*).



- Fazer a Leitura e interpretação do texto e imagens. Responder à questão (tabela) a seguir.

REBELIÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA

Hoje é comum vermos, por todo o país, homenagens a Tiradentes em nomes de ruas, praças e em estátuas.

O que você sabe sobre Tiradentes? Por que será que ele é tão popular entre nós, brasileiros? Você sabia que Tiradentes e seus companheiros participaram de uma revolta, mas somente ele pagou com a vida? Por que será que isso aconteceu? Durante muito tempo, se disse que ele foi o único a morrer na força porque era “um pobretão”; será que o motivo foi esse mesmo ou foi outro? Entre 1500 e 1822, no território chamado de América portuguesa, ocorreu uma série de rebeliões, que vamos estudar agora.

A Revolta de Beckman (1684)

No século XVII, a base da economia do Grão-Pará e Maranhão eram as chamadas drogas do sertão, como cacau, canela, castanha-do-pará, pequi, guaraná, entre outras. Eram os indígenas escravizados que extraíam essas riquezas da floresta para os colonos da região. Além disso, eram eles também que tocavam os engenhos de açúcar do Maranhão. Assim, ao serem informados da proibição de se escravizarem indígenas, os colonos protestaram e exigiram uma atitude do governo

português. Pensando em contornar a situação, o governo de Portugal criou a Companhia de Comércio do Maranhão, que se comprometeu a vender africanos escravizados para os colonos.

A companhia, no entanto, não cumpriu o prometido: além de não trazer a mão de obra africana para o Maranhão, ela falsificava pesos e medidas, cobrava caro pelos produtos que vendia (bacalhau, sal, farinha de trigo) e pagava barato por aquilo que comprava da região. Os colonos começaram, então, a planejar uma revolta contra a Companhia de Comércio do Maranhão, os jesuítas e o governador local, acusado pelos colonos de corrupção e de favorecer seus protegidos.

Liderados por um grande senhor de engenho do Maranhão, chamado Manuel Beckman, os colonos invadiram os armazéns da Companhia de Comércio do Maranhão, destituíram o governador e ocuparam o colégio dos jesuítas em São Luís, obrigando dezenas deles a fugirem; o movimento armado recebeu o nome de Revolta de Beckman. O governo português reagiu prontamente enviando soldados ao Maranhão, que reprimiram os rebeldes e condenaram seu principal líder à morte na forca. Mas, ao mesmo tempo, atendeu às exigências dos colonos: extinguiu a Companhia de Comércio do Maranhão e voltou a permitir a escravização dos indígenas.

A Guerra dos Emboabas (1707-1709)

Por volta de 1693, o paulista Antônio Rodrigues Arzão descobriu ouro perto de onde é hoje a cidade mineira de Sabará. Nos anos seguintes, foram descobertas novas minas de ouro, como as de Vila Rica, hoje Ouro Preto. Daí o nome "minas gerais". Assim que a notícia se espalhou, milhares de pessoas das mais diversas condições sociais afluíram ao sertão mineiro. Vinham de Portugal, do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e de vários outros pontos do território colonial atraídas pela ideia de enriquecimento fácil. Da África, foram trazidos milhares de indivíduos escravizados para trabalhar na mineração.

Nos primeiros anos de mineração, ocorreram vários conflitos na região das minas. O maior deles teve origem na disputa pelo ouro entre os paulistas, que o descobriram, e os forasteiros (portugueses e pessoas de outras regiões do Brasil), que queriam explorá-lo. Os portugueses foram apelidados pelos paulistas de emboabas. Os forasteiros, chamados de emboabas e liderados pelo comerciante português Manuel Nunes Viana, foram proibidos de entrar na região e reagiram pegando em armas; o conflito se estendeu por dois anos (1707-1709) e ficou conhecido como Guerra dos Emboabas. Durante os conflitos, os emboabas aclamaram Manuel Nunes governador de todas as Mina.

O conflito foi vencido pelos emboabas. E, para melhor controlar sua colônia, o governo português decidiu:

- enviar ao Rio de Janeiro um novo governador;
- criar a Capitania de São Paulo e a das Minas de Ouro (1710), que até então faziam parte da Capitania do Rio de Janeiro;
- elevar os povoados mais populosos da nova capitania à condição de vila.

A primeira vila na região foi a de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, em 1711 (atual Mariana); depois surgiram Vila Rica (atual Ouro Preto), Sabará, São João del Rei, entre outras.



Fonte: ATLAS geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: FAE, 1986. p. 25.

A Guerra dos Mascates (1710-1711)

Na segunda metade do século XVII, o açúcar brasileiro vinha perdendo preço na Europa. E, com isso, os senhores de engenho de Olinda contraíram dívidas com os comerciantes de Recife. Assim, esses comerciantes, chamados na época de “mascates”, foram enriquecendo, enquanto os senhores de engenho de Olinda se endividavam; daí nasceu uma forte rivalidade entre os dois grupos.

Embora fossem ricos, esses comerciantes não tinham poder político, pois Recife era controlada pela Câmara Municipal de Olinda, liderada pelos senhores de engenho locais.

Conscientes de sua força, os comerciantes de Recife pediram ao rei de Portugal que elevasse seu povoado a vila, pois, assim, teriam a sua própria Câmara Municipal. Em 1710, o rei atendeu ao pedido dos comerciantes, muitos deles portugueses, que se apressaram em erguer um pelourinho no centro de Recife.

Inconformados, os proprietários olindenses se armaram, invadiram Recife e destruíram o pelourinho, dando início, assim, à Guerra dos Mascates. O governo português interveio em favor dos comerciantes; mandou soldados reprimir os olindenses e enviou um novo governador. Recife foi confirmada como vila independente e tornou-se capital de Pernambuco.

A Revolta de Vila Rica (1720)

Para controlar a exploração do ouro, cobrar impostos e julgar os crimes praticados na região, o rei de Portugal criou, em 1702, a Intendência das Minas. Na fase inicial da exploração do ouro, utilizavam-se a bateia e o almocafre. Depois, passou-se a investir em novas técnicas de extração. Uma delas foi a roda do rosário, mostrada na imagem a seguir.



Impostos e mais impostos

Ao mesmo tempo em que incentivavam a extração do ouro, as autoridades portuguesas criavam e cobravam impostos sobre homens livres e escravizados, tecidos, ferramentas, gêneros agrícolas e ouro. O mais importante desses impostos era o quinto (20% de todo o ouro extraído).

Cobrança e desvios

A cobrança dos impostos era feita, sobretudo, nas estradas que ligavam as minas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia, sempre policiadas por soldados (dragões do Regimento das Minas). Quanto maior a opressão fiscal, mais a população reagia, praticando o contrabando. Escondia ouro entre os dedos dos pés, nos saltos e solas das botas, entre doces e salgados que as quitandeiras carregavam em seus tabuleiros, dentro das estátuas de santos.

O contrabando de ouro aumentava, e o governo português apertava o cerco. Para dificultar o desvio, em 1719 criou as Casas de Fundição, locais onde o ouro era transformado em barras, selado e quintado – ou seja, teria extraída a sua quinta parte, como imposto. Das casas de fundição, o ouro seguia para a Provedoria da Fazenda Real, de onde era levado para o Rio, sob forte escolta dos Dragões da capitania de Minas Gerais.

A criação das casas de fundição aumentou a insatisfação das pessoas, que já reclamavam do alto preço dos alimentos, e acabou ocasionando uma revolta em Vila Rica, em 1720. As principais exigências dos rebeldes eram:

- a redução do preço dos alimentos;
- anulação do decreto que criava as Casas de Fundição.

A revolta foi duramente reprimida. Seus principais líderes, o tropeiro Felipe dos Santos e o minerador e comerciante Pascoal da Silva Guimarães, foram presos. Felipe dos Santos foi morto e teve seu corpo feito em pedaços e exposto nas margens das estradas. Para aumentar seu controle sobre a Colônia, o rei separou Minas Gerais de São Paulo, criando, em 1720, a capitania de Minas Gerais.

Mineração e mercado interno

A mineração de ouro e de diamantes contribuiu para uma série de mudanças ocorridas no Brasil. Dentre elas cabe destacar:

- a ocupação e o povoamento de vastas áreas do interior brasileiro;
- o florescimento da vida urbana, contribuindo para o nascimento de várias vilas e cidades;
- mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), único porto por onde o governo português permitia que se embarcasse o ouro;
- crescimento do mercado interno, já que a população da Capitania de Minas Gerais e das áreas onde são hoje Mato Grosso e Goiás comprava com ouro em pó de várias partes do Brasil aquilo de que necessitava. Do Nordeste vinham o gado, o couro e a farinha de mandioca; do Rio de Janeiro, africanos escravizados e artigos europeus (vidros, louças, tecidos, ferramentas); de São Paulo, milho, trigo e marmelada; do Sul, cavalos, bois, mulas e charque.

PARA SABER MAIS

Os caminhos do ouro



1. Mineração
A maior parte do ouro era obtida em terrenos de aluvião, no leito dos rios. Com água até a cintura, o trabalhador (livre ou escravo) lavava a terra aurífera utilizando uma bateia. Enquanto os materiais mais leves subiam, o ouro em pó ficava depositado no fundo.

2. Ouro em pó
O ouro em pó seguia para as casas de fundição, onde era transformado em barra, selado e quintado, ou seja, descontava-se o quinto (20%) devido para Sua Majestade. Também podia seguir para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, a fim de ser transformado em moeda.

3. Dragões
Das casas de fundição, o ouro era levado para a Provedoria da Fazenda Real, de onde seguia pelo Caminho Novo até o Rio de Janeiro, um forte aurífero dos Dragões da capitania de Minas Gerais.

4. Tropas
No porto do Rio de Janeiro, o ouro era embarcado na frota, composta de 70 a 90 navios, rumo a Lisboa.

5. Lisboa
Em Lisboa, o ouro era depositado nos cofres reais e posto em circulação. Só uma pequena parte de ouro ficava em Portugal.

6. Inglaterra
Cerca de 50% do ouro arrecadado foi repassado à Inglaterra, e aproximadamente 30%, a outros países comerciais.





A Conjuração Mineira (1789)

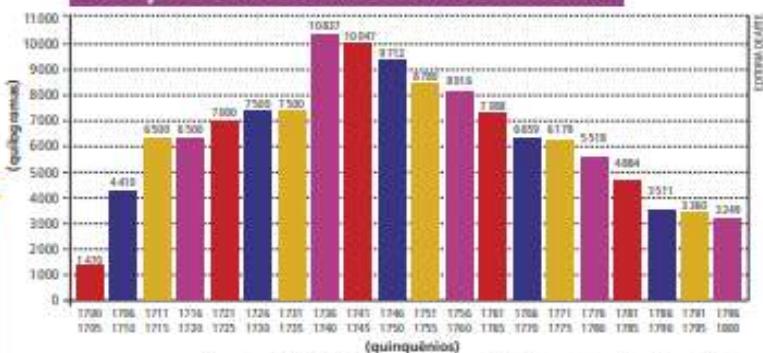
A partir de 1760, as jazidas de ouro mineiras começaram a se esgotar. Apesar disso, o governo português continuou cobrando pesados impostos e fazendo proibições, como impedir a instalação de indústrias no Brasil. Essa política opressiva empobrecia os habitantes da Colônia e aumentava o medo e a insegurança em Minas Gerais.

DIALOGANDO

O que o gráfico mostra? Quando se deu o auge da produção de ouro?

Os anos do auge da produção aurífera no Brasil foram também aqueles em que Portugal arrecadou mais ouro.

Produção de ouro de Minas Gerais no século XVIII



Fonte: MAURO, Frédéric (Coord.). O império luso-brasileiro (1720-1750). In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira (Org.). Nova História da expansão portuguesa. Lisboa: Estampa, 1991. v. VI.

Em 1788, quando um novo governador enviado por Portugal anunciou que haveria uma derrama, ou seja, a cobrança forçada dos impostos atrasados, um clima de revolta tomou conta da população; a capitania de Minas Gerais devia a Portugal mais de cinco toneladas de ouro. Os colonos diziam que não podiam pagar porque o ouro estava se esgotando. As autoridades portuguesas afirmavam que o problema era que o ouro estava sendo desviado.

Reagindo a esta situação opressiva, um grupo de homens, quase todos da elite de Minas, começou a se reunir em Vila Rica para planejar uma rebelião contra o domínio português. Entre os rebeldes estavam: Tomás Antônio Gonzaga, juiz de Vila Rica; Cláudio Manuel da Costa, advogado e intelectual renomado; Inácio de Alvarenga Peixoto, dono de jazidas e filho de grande fazendeiro e comerciante; padre Oliveira Rolim, chefe político do Arraial do Tijuco, atual Diamantina, agiota e negociante de diamantes; padre Carlos Correia de Toledo, dono de terras minerais e de uma grande fazenda que produzia milho e feijão, dentre os mais ricos da capitania; e Joaquim Silvério dos Reis, contratador. Como se vê, eram em sua maioria homens ricos, alguns deles endividados, que temiam perder tudo no dia em que a derrama fosse aplicada. Entre eles estava também um homem que tinha sido dentista prático, tropeiro, garimpeiro e que, aos 30 anos, tornara-se militar: o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por todos como Tiradentes.

Os conjurados defendiam a independência de Minas Gerais; a proclamação de uma república com capital em São João del Rei, núcleo agropecuário que mantinha intenso comércio com outras regiões brasileiras; e a criação, em Vila Rica, de uma universidade e de uma Casa da Moeda para controlar a emissão de dinheiro. A bandeira da república mineira teria a inscrição *Libertas quae sera tamen*, que significa: “Liberdade ainda que tardia”. Parte dos conjurados era movida por ideias iluministas e de mudança; outra parte, no entanto, tinha como único objetivo a suspensão da derrama (cobrança forçada dos impostos em atraso devidos a Portugal). Os conjurados divergiam quanto à escravidão: a maioria deles – senhores de terras, mineradores e grandes comerciantes – era favorável à continuidade da escravidão; apenas Alvarenga Peixoto e o padre Carlos Correia de Toledo se disseram favoráveis à Abolição.

Denúncia, prisão e sentença.

A rebelião foi denunciada por vários indivíduos. Um deles, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, contou o plano dos conjurados ao Visconde de Barbacena (governador) em troca do perdão de uma dívida que tinha com Portugal e foi perdoado; Silvério dos Reis morreu rico quase 30 anos depois. De sua parte, o governador suspendeu a derrama e ordenou a perseguição aos envolvidos; Tiradentes e os demais conjurados foram presos. A rainha de Portugal, D. Maria I, ordenou a abertura de dois processos, um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais. O julgamento durou três anos; 11 conjurados foram condenados à morte. Depois as sentenças foram alteradas: somente Tiradentes foi condenado à morte.

Os demais receberam a pena de degredo (exílio) nas colônias portuguesas da África. Tiradentes foi enforcado e esquartejado, e as partes de seu corpo foram esparramadas pelo caminho que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, ficando sua cabeça em Vila Rica. A intenção da rainha era lembrar a todos o preço a ser pago por quem se rebelasse contra a Monarquia.

A Conjuração Baiana (1798)

Outro movimento com objetivo de independência foi a Conjuração Baiana, ocorrida em Salvador, em 1798. Na época, a cidade possuía por volta de 60 mil habitantes, dos quais 40 mil eram afrodescendentes. Muitos deles eram escravizados; outros, libertos ou livres, trabalhavam como soldados, artesãos, carregadores, pescadores, pedreiros e vendedores ambulantes. Em Salvador, no final do século XVIII, a população e o comércio vinham crescendo e levando prosperidade para os senhores de terra e grandes comerciantes. Para a maioria da população, porém, a situação era crítica, pois os preços, principalmente da carne e da farinha de mandioca, vinham subindo mais do que seus ganhos. Os impostos abusivos também contribuíam para a alta nos preços de outros alimentos e, além disso, a obrigação de importar produtos industrializados, já que o Brasil era proibido de fabricá-los, encarecia esses produtos. O racismo contra os afrodescendentes prejudicava a vida em sociedade.

Essa situação gerava uma insatisfação generalizada entre as camadas pobres e médias da população. Isso explica por que, em 1798, as ruas e ladeiras das cidades alta e baixa de Salvador foram palcos de várias agitações políticas. Entre os insatisfeitos estavam alguns intelectuais, como o médico Cipriano Barata e o padre Agostinho Gomes, que começaram a pregar ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, atraindo com isso muitas pessoas pobres (artesãos, soldados, trabalhadores escravizados e libertos). Alguns homens ricos da Bahia também se sentiram atraídos pelo movimento, pela possibilidade de romper com Portugal e estabelecer o livre-comércio com as nações. Em 12 de agosto de 1798, Salvador amanheceu com dezenas de panfletos afixados em seus prédios públicos, alguns deles com a seguinte mensagem: "O Povo Bahinense e Republicano ordena, manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima Revolução". Em seus panfletos, os rebeldes defendiam:

- a) o fim do domínio português na Bahia;
- b) a proclamação de uma república em que todos tivessem igualdade de tratamento;
- c) a abertura do porto de Salvador para o livre comércio;
- d) a diminuição dos impostos e o aumento dos soldos e da oferta de alimentos;
- e) o fim do preconceito contra os negros.

Enterro de uma mulher negra, obra de J. B. Debret, século XIX. Debret representou diversos aspectos do dia a dia dos afrodescendentes. Repare que as vendedoras à esquerda comparecem ao enterro carregando seus tabuleiros e com trajes típicos de seus povos de origem.



As palavras usadas pelos rebeldes, liberdade e república, atemorizaram as autoridades dos dois lados do Atlântico; elas sabiam que esses ideais tinham inspirado a Revolução Americana (1776), a Revolução Francesa (1789) e as lutas por liberdade em São Domingos (1791). Isso explica por que a reação do governador-geral da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, foi imediata: mandou prender dezenas de rebeldes e condenou à morte quatro líderes da rebelião, todos afrodescendentes e pobres.

Em 8 de novembro de 1799, por ordem da rainha de Portugal, D. Maria I, os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens e os alfaiates João de Deus e Manoel Faustino – todos filhos e netos de escravos – foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade, em Salvador.

Com base no texto do livro sobre as “Rebeliões na América Portuguesa” responda a tabela abaixo:

	Participantes	Objetivos	Principais Líderes	Modo como o movimento terminou
Revolta de Beckman				
Guerra dos Emboabas				
Guerra dos Mascates				
Revolta de Vila Rica				
Conjuração Mineira				
Conjuração Baiana				